

LENIN E A DEMOCRACIA: A PROPÓSITO DOS 150 ANOS DE SEU NASCIMENTO

LENIN Y LA DEMOCRACIA: EN EL 150 ANIVERSARIO DE SU NACIMIENTO

LENIN AND DEMOCRACY: ON THE 150TH ANNIVERSARY OF HIS BIRTH

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i2.38425>

Anderson Deo¹

Para Jussara

Será uma gigantesca, universalmente histórica, *ampliação* da democracia, transformando-a de mentira em verdade, com a emancipação da humanidade dos grilhões do capital (...). Será a substituição do Estado burguês pelo Estado *proletário*, mudança que é o único caminho para o definhamento e a morte do Estado em geral.

V. I. Lenin

Resumo: O artigo analisa o conceito de democracia presente na obra de Lenin em dois momentos históricos: na revolução de 1905 e em 1918, momento imediatamente posterior à tomada do poder pelos bolcheviques. Procuraremos demonstrar que a análise lenineana sobre o tema se fundamenta no conceito de lutas de classes e que o conteúdo societal dessa forma de dominação política deve ser identificado no contexto histórico em que se reproduz, seus desdobramentos e possibilidades. Lenin define a forma de *ser-precisamente-assim* de dominação burguesa sobre o conjunto da sociedade civil, bem como, as possibilidades de sua superação.

Palavras-chave: Democracia burguesa. Estado burguês. Ditadura burguesa. Ditadura do proletariado. Autocracia burguesa.

Resumen: El artículo analiza el concepto de democracia presente en la obra de Lenin en dos momentos históricos: en la revolución de 1905 y en 1918, un momento inmediatamente después de la toma del poder por los bolcheviques. Intentaremos demostrar que el análisis de Lenin sobre el tema es planteado en el concepto de luchas de clases y que el contenido social de esta forma de dominación política debe ser identificado en el contexto histórico en el que se reproduce, sus desarrollos y posibilidades. Lenin define la forma de *ser-precisamente-así* de la dominación burguesa sobre el conjunto de la sociedad civil, así como las posibilidades de superarla.

Palabras clave: Democracia burguesa. Estado burgués. Dictadura burguesa. Dictadura del proletariado. Autocracia burguesa.

Abstract: This paper analyzes the democracy's concept in Lenin's work in two historical moments: in the revolution of 1905 and in 1918, moment immediately after the bolsheviks took power. We intend to demonstrate that Lenin's analysis on this topic is based on the concept of class struggle and that the societal content of this way of political domination must be identify in the historical context in wich it's reproduced, its developments and possibilities. Lenin defines the way of *being-precisely-this* of bourgeois democracy over the civil society, well as, the possibilities of its overcoming.

Keywords: Bourgeois democracy. Bourgeois State. Bourgeois dictatorship. Dictatorship of the proletariat. Bourgeois autocracy.

Introdução: “a análise concreta de situações concretas”

Um dos fundamentos de maior importância para o movimento comunista revolucionário ao longo de sua história, reside na qualidade – de forma e conteúdo – da compreensão do contexto histórico em que as lutas políticas se reproduzem, das forças sociais em disputa, em seus processos de composição e possíveis desdobramentos e consequências. Em seu **Manifesto do Partido Comunista**, de 1848, Karl Marx e Friederich Engels sintetizam de forma brilhante e exemplar um conceito fundante da teoria social originalmente formulada por ambos: o conceito de *lutas de classes*. Ao enunciarem que “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (2010, p. 40), Marx e Engels *elevam* a condição humana às últimas consequências da reprodução social, ao despirem todos os véus manipulatórios, fundamentalmente ideológicos, de todas as formas ideossociais que insistiam (e ainda insistem) em reproduzir formulações teórico-filosóficas que, fundamentadas em pressupostos *metafísicos, idealistas*, ou mesmo *vulgarmente materialistas*, atribuíam (e ainda atribuem) um conteúdo *natural, mítico e/ou religioso*, ou ainda *empírico* aos fenômenos sociais e à relação entre o caráter orgânico e o caráter inorgânico da *forma de ser* do ser humano.

Essa forma de ser, o *ser-precisamente-assim* do ser humano, fundada naquilo que G. Lukács (2012, p. 281 e s.s.) identifica como uma forma específica de *ontologia* – aquela do *ser social* –, impõe-nos a compreensão dos elementos compostos das lutas de classes, seu caráter necessariamente *antagônico e contraditório*², como resultado das *ações humanas*, organizadas a partir de condições históricas herdadas das ações humanas anteriores e que levaram Marx a afirmar em seu **18 de Brumário de Luis Bonaparte** (2011, p. 25) que “os homens fazem a sua própria história” a partir das condições que “lhes foram transmitidas” pelas circunstâncias herdadas do passado. Ou seja, somos nós que fazemos a história presente a partir daquilo que *efetivamente existe*, da realidade que nos é legada cotidianamente por aquilo que fomos – enquanto genericidade humana – onde “A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (MARX, 2011, p. 25). Não por acaso Engels, em seu prefácio de 1885 à 3ª edição da obra anteriormente mencionada, refere-se ao esforço analítico realizado por Marx como a mais precisa exposição das lutas de classes na França, da composição social das classes, dos interesses em disputa e dos partidos políticos que os representavam – assim como de organizações clandestinas e sua atuação –, dos desdobramentos e possíveis consequências daquele processo. Nas palavras de Engels,

Imediatamente após o evento que surpreendeu o mundo político inteiro como um raio que cai do céu sem nuvens [...] Marx veio a público com uma descrição breve, epigramática, em que expôs todo o nexos interno do curso da história francesa desde as jornadas de fevereiro, em que explicou todo o milagre do dia 2 de dezembro como resultado natural e necessário desse nexos interno, sem que, para isso, precisasse mostrar pelo herói do golpe de Estado mais do que o merecido desprezo (2011, p. 21).

Essa precisão na análise da totalidade francesa só seria possível graças ao profundo conhecimento histórico que Marx possuía daquela formação social, o que lhe permitiu capturar e reproduzir com magistralidade aquele processo em nível conceitual, cujos desdobramentos só vieram “comprovar o grau de fidelidade com que ele reflete a realidade” (ENGELS, 2011, p. 21)³. Engels ainda aponta para o fato de, em França, as lutas de classes explicitarem uma radicalidade histórica ímpar, na medida em que esses momentos históricos foram conduzidos pelas forças políticas em disputa até suas últimas consequências, até sua “decisão final” e, assim, reproduziram uma nitidez também ímpar em suas formas de reprodução, possibilitando a Marx a apreensão ao nível ideocategorial – na forma de *abstrações razoáveis* – do movimento da história em processo, em seus diversos complexos de composição do todo.

Muito mais do que simples exercício de erudição enciclopédica sobre os acontecimentos históricos, a proposição teórica aqui indicada está fundamentalmente imbricada na proposição prática da transformação radical da realidade. Há aqui, portanto, um projeto ético, que pressupõe o conhecimento como instrumento fundamental à transformação revolucionária da humanidade, com vistas à eliminação das formas sociais fundadas na exploração e opressão do trabalho. Se, até então, “Os filósofos apenas interpretaram o mundo diferentemente”, Marx e Engels inauguram uma nova teoria social que propunha que aquilo que passa a importar é a sua “transformação” (MARX, 2007a, p. 29). Um processo de transformações constantes, onde aqueles que conhecem, ao mesmo tempo, *transformam e são transformados*, no sentido mesmo do desenvolvimento das potencialidades e da plena emancipação humana. Esse é o conteúdo, tal como entendemos, do conceito marxiano de práxis revolucionária.

Um processo constante de conhecimento/transformação. Temos aqui um outro elemento fundante da teoria social inaugurada por Marx e Engels, cuja apropriação e desenvolvimento pode ser encontrada em toda uma primeira geração de grandes intelectuais orgânicos do movimento comunista revolucionário marxista, entre eles, fundamentalmente, Lenin⁴.

Encontramos em Lenin um esforço constante de investigação e de compreensão dos processos históricos na Rússia. Para tanto, promove um estudo monumental sobre as estruturas sociais historicamente constituídas naquele país, procurando compreender a composição e estratificação da população, sua distribuição territorial, as formas históricas de reprodução econômica, os complexos mecanismos de dominação política, a forma como autocracia czarista se inseria nas disputas internacionais – bem como a penetração de capitais externos em suas fronteiras – e, principalmente, as mudanças introduzidas naquele complexo social após a “Reforma camponesa de 1861”. Os conteúdos apresentados em seu **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**, de 1899 – quando o autor tinha 29 anos! – expressam um primeiro esforço de síntese analítica que seria perseguida ao longo de toda sua trajetória teórico-militante e que aqui podem ser identificado na sua célebre frase, que aponta à necessidade da “análise concreta de uma situação concreta”.

A preocupação analítica que já se observa na obra acima se reproduz em vários momentos – em formas de sistematizações variadas – ao longo da produção de Lenin. A discussão entabulada sobre aquilo que se convencionou denominar como a *teoria do reflexo*, ilustra o afirmado. Um primeiro movimento de

sistematização teórica de tais formulações, pode ser encontrado em seu **Materialismo e empiriocriticismo**, de 1909, onde Lenin debate com expoentes do movimento revolucionário russo em seus diversos matizes políticos⁵, sobre a forma e o conteúdo da análise e – sempre – da intervenção historicossocial na Rússia daquele período. Façamos aqui uma breve digressão sobre alguns elementos dessa formulação.

O mundo fenomênico (objeto do conhecimento) se apresenta ao ser humano (sujeito do conhecimento) de forma dada e imediata. Isso significa que os seres humanos se relacionam com o mundo a partir de sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento se constrói a “imediata intuição prática” da realidade. Assim, no “trato prático-utilitário das coisas”, os seres humanos criam suas próprias representações do mundo (relações sociais, históricas, etc), e elaboram um sistema correlativo – ou seja, também como identidade prática e imediata – de noções que captam, e fixam de forma intuitiva o aspecto fenomênico do real, ou, dito de outro modo, a realidade tal como eles a observam e – apenas – a intuem.

Nesse sentido, as formas fenomênicas de manifestação do real não correspondem à “lei do fenômeno” propriamente, sendo, muitas vezes, contraditórias – as primeiras em relação à segunda. Isso significa que a análise de um determinado fenômeno que leve em consideração sua forma essencial de existência, – ou seja, seus nexos constitutivos em suas inter-relações – que busque capturar sua imanência, as “leis” que regem seu movimento, pode nos apontar a contradição entre a manifestação fenomênica de um dado do real e sua imanência essencial. Trata-se, portanto, da relação entre *essência* e *aparência* dos fenômenos. A captação dos fenômenos – sobretudo sociais – a partir de sua mera aparência, de forma prático-intuitiva, possibilita aos seres humanos um *pôr-se* (postar-se) diante do mundo; este, por sua vez, é orientado por um utilitarismo imediato, cuja manifestação interpretativa corresponde ao “senso comum” que daí se desdobra. Os seres humanos, portanto, relacionam-se entre si e com o mundo a partir destas representações pautadas na imediaticidade cotidiana. Entretanto, esta relação prático-intuitiva, de caráter imediato, não permite a *compreensão* das coisas e da *realidade* que as compõe em sua concretude, ou seja, em sua essência. Pelo contrário, o “mundo” construído a partir da experiência imediata, prático-intuitiva, manifestado através do senso comum, constitui, como afirma Kosik, o *mundo da pseudoconcreticidade*, um mundo de “claro-escuro de verdade-engano”, pois em suas manifestações fenomênicas, ao produzirem regularidades absorvidas pelos indivíduos, estes passam a agir e a entender tais regularidades como “naturais” e “independentes”⁶. No mundo da pseudoconcreticidade, o fenômeno é entendido, ele mesmo, como a essência das coisas. Portanto, a essência, nesta forma de entendimento prático-intuitivo do mundo, desaparece, pois reproduz-se uma mera identidade entre essência e aparência.

No entanto, cabe apontar que a essência das coisas se manifesta no fenômeno e sendo assim, captar a manifestação fenomênica de uma determinada essência significa indagar e descrever como tal essência se manifesta fenomenicamente e como, ao mesmo tempo, nele se esconde. Assim, “compreender o fenômeno é *atingir* a essência” do mesmo⁷.

Nesse sentido, o conjunto categórico-conceitual elaborado a partir do objeto do conhecimento é fundamental no processo de captura da *coisa em-si*. Os conceitos e as categorias indicam a compreensão do

objeto; *compreender* implica diferenciar, decifrar, conhecer sua estrutura. Portanto, o conjunto categórico-conceitual é a representação abstrata – no sentido do plano ideativo – da composição estrutural do objeto em-si (real/concreto),

O “conceito” e a “abstração”, em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa (KOSIK, 1995, p. 18).

Conceitos e categorias são, portanto, abstrações, que devem *refletir* a coisa em-si, a concreticidade do objeto do conhecimento. No entanto, tais abstrações não podem ser confundidas com a coisa em-si, não são coisas idênticas, possuem “substâncias” diferenciadas e são, portanto, ontologicamente distintos. Diante de tal constatação, desdobra-se a seguinte indagação: se o conhecimento não é o objeto, se ambos possuem *formas de ser* distintas, como pode o ser humano compreender o mundo em sua dimensão real/concreta? A esta pergunta respondemos nos apoiando em Lenin, quando este afirma que “[...] A existência da matéria não depende da sensação (sentidos) [...]” (LENIN, 1983, p. 51)⁸, ou seja, o real em sua concreticidade possui uma existência independentemente de termos consciência (ou não) ou de conhecermos o mesmo. O conhecimento deve ter como ponto de partida o real concreto, e deve refletir, o mais próximo possível, esta realidade em suas conexões e determinações concretas. Assim, temos o primado do pensado sobre o pensar, “[...] A matéria é o primário. A sensação, o pensamento, a consciência são o produto superior da matéria organizada de um modo especial [...]” (LENIN, 1983, p. 51).

Em outras palavras, a matéria organizada de uma “determinada maneira” nos é “acessível” através de representações mentais, de abstrações (conceitos e categorias) que elaboramos a partir dela (da matéria). À medida em que tais abstrações refletem a “concretude” – as coisas tais como elas são, *formas de ser*, portanto, *determinações da existência* – da “matéria organizada”, aproximam-se do real em sua materialidade, apresentando-se como *abstrações razoáveis* ao nível do entendimento humano, cujo grau de razoabilidade deve tomar como parâmetro, novamente, o real em sua concretude. Portanto, o objeto do conhecimento, a coisa em-si (sua materialidade) como ente primário é anterior e independente das abstrações que dele extraímos; mas, ao mesmo tempo, deve ser tomado como medida de sua razoabilidade. É o ponto de partida e o ponto de chegada do processo do conhecimento. E aqui encontramos o fundamento da *teoria do reflexo* leniniana:

Nossas sensações, nossa consciência são somente a *imagem* do mundo exterior, e se entende por si só que o **reflexo** não pode existir sem o **refletido**, enquanto que o **refletido** existe independentemente do sujeito da **reflexão**. (LENIN, 1983, p. 66)⁹

Sendo assim, quanto mais próxima estiver a teoria, as categorias e os conceitos que resultam do processo de compreensão do objeto, de sua realidade concreta, quanto mais o primeiro “refletir” o segundo, mais próximo da “verdade objetiva” sobre os processos históricos estarão os seres humanos¹⁰.

Lenin percorre aqui o itinerário traçado por Engels. Sobretudo o último Engels, cujas obras – analisadas exaustivamente por Lenin – **Anti-Dühring** e **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia**

clássica alemã, aprofundam a questão do conhecimento como “reflexo da realidade concreta”. Mas também em Marx, ao longo de toda sua obra, tal problemática já se faz presente, mesmo que de forma embrionária e, portanto, sem um grande aprofundamento. Assim, na segunda tese *ad Feuerbach*, o pensador alemão define:

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [*gegenständliche Wahrheit*] não é uma questão de teoria, mas uma questão *prática*. É na prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza ceterior [*Diesseitigkeit*] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não-realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente *escolástica*. (MARX; ENGELS, 2007b, p. 533).

Observamos, portanto, que as análises de Lenin são construídas a partir da preocupação constante em analisar o real-concreto de forma a captura-lo ao nível subjetivo mais preciso possível, concomitantemente aos desdobramentos objetivos que estes podem reproduzir. Assim é que, “apoiado nos ombros de gigantes” – parafraseando o próprio –, nosso autor se preocupa em capturar as particularidades da realidade em que está inserido, de forma a melhor compreendê-la e transformá-la.

Esse esforço constante, como já afirmado, permeia toda a vida do líder revolucionário. Para Lenin é fundamental que o proletariado, em seu processo de organização e formação política, absorva tais elementos teóricos, de forma a superar a imediaticidade dos fenômenos sociais, da forma como estes se reproduzem no cotidiano. Fundamental nesse processo de superação da consciência de classe *em-si* e de sua reprodução enquanto consciência de classe *para-si*, será a mediação de “uma organização revolucionária”, que possa organizar concomitantemente “uma *forma-conhecimento* fundada sobre a *práxis* revolucionária”, eis o núcleo fundante daquilo que podemos identificar como “O partido de Novo-Tipo”¹¹ lenineano (MAZZEO, 2015, p. 44). Nesse sentido,

A *solução de práxis* lenineana apoia-se na convicção demonstrada por Marx sobre a necessidade do *conhecimento enquanto instrumento de revolução social* – que objetiva transcender a sociabilidade construída pela burguesia – e que constitui um elemento nuclear da teoria social marxiana, quer dizer, a necessidade de construção de categorias analíticas (e históricas) para explicar e intervir no mundo real (MAZZEO, 2015, p. 46).

Imbuído dessa premissa de *soluções de práxis*¹², Lenin nos oferece um amplo e ao mesmo tempo profundo instrumental analítico que percorre, necessariamente, a senda da análise histórica em suas leis e tendências universais conjugadas aos seus processos particulares. Se o texto sobre a penetração e o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, como mencionado acima, pode ser identificado como um primeiro esforço nesse sentido, as análises presentes em tantos outros escritos carregam, da mesma forma, tais premissas. Nesse momento, chamamos a atenção para escritos como **As três fontes e as três partes constituintes do marxismo** (LENIN, 1984), **A revolução socialista e o direito das nações a autodeterminação** (LENIN, 1984) e **O programa agrário da socialdemocracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907** (LENIN, 1983).

Os textos mencionados articulam de forma clara a compreensão – já presente em Marx – de que o modo de produção capitalista se caracteriza como uma forma sociometabólica necessariamente universal, onde é da sua *forma-de-ser-precisamente-assim* se reproduzir expansivamente. No entanto, essas leis gerais assumem formas particulares no momento histórico em que são reproduzidas, real e concretamente, nos territórios onde as relações sociais mediadas pelo capital passam a predominar¹³. É essa compreensão que lhe permite identificar as particularidades distintas das revoluções burguesas, que reproduzem singularidades históricas próprias, diferenciando os chamados casos “clássicos” daqueles que identificou como de “caráter prussiano”. As singularidades próprias, historicamente reproduzidas e analisadas, dão forma e conteúdo aos processos de transformação capitalista investigados. Assim, podemos identificar as diferentes formas de dominação política reproduzidas pela burguesia, o avanço e o alcance das propostas emancipatórias, os diferentes instrumentos e mecanismos sociais de exploração e proletarianização da força de trabalho, bem como as formas ideológicas que o corolário liberal assume em suas distintas expressões. E aqui, especificamente, nos interessa a análise lenineana sobre o tema da democracia. É o que passamos a discutir a partir de agora.

A democracia em seu conteúdo substantivo: dois momentos de um mesmo núcleo conceitual

O primeiro aspecto que nos chama a atenção, quando da análise da democracia, é que Lenin procura identificar o caráter histórico e, portanto, o *conteúdo de classe* desse regime político. Ao discutir o caráter burguês da democracia, principalmente nos escritos em que se dedica a esse tema antes de 1917, nosso autor nunca deixou de apontar que se tratava de uma forma política de dominação de classe que “não passa de uma máquina para opressão de uma classe pela outra” (LENIN, 2020, p. 21), assim como o próprio Estado. Daí decorre a sua referência à Marx, inclusive, quando este tratou de analisar a experiência da Comuna de Paris de 1871, e indicou que não bastava ao proletariado tomar o poder da “máquina estatal para fazê-la servir a seus próprios fins”, como bem lembrou Engels, em seu prefácio à edição alemã de 1872 ao **Manifesto do Partido Comunista** (2010, p. 72) – que Lenin também referencia (2020a, p. 20). Era fundamental que o proletariado tomasse o poder do Estado burguês, mas era (e é) preciso ir além.

Sempre com acurada leitura histórica, a identificação do conteúdo de classe da democracia e do Estado burgueses, permitia ao líder bolchevique, contudo, visualizar os avanços dessa forma política quando comparada às formas pretéritas. Assim, em debate estabelecido com Kautsky, em 1918, onde expõe toda sua crítica ao reformismo originado da *II Internacional* (1889-1916), a partir de escritos como “Sobre ‘democracia’ e ditadura” e o implacável “A revolução proletária e o renegado Kautsky”, resgata a leitura de Marx sobre os avanços da democracia em sua forma burguesa, quando comparada às formas políticas de dominação do período feudal (LENIN, 2020a, p. 21), apontando a correção da participação política do proletariado em momentos de luta e de expansão dos direitos sociais fundados nos pressupostos burgueses de “igualdade” e “liberdade”, sem nunca se esquecer ou se esquivar da

demonstração necessária dos limites dessa “emancipação de caráter político”, para usar aqui a expressão do jovem Marx.

Isso porque, nesse momento histórico, Lenin responde às acusações de que os bolcheviques haviam substituído uma ditadura, derivada da crise do czarismo, por outra, que teria sido estabelecida com a revolução proletária. É por isso que nosso autor questiona duramente o que identifica como uma proposição puramente abstrata e, portanto, sem nenhum conteúdo histórico, enunciada no conceito de “democracia pura” ou “democracia em geral”, referindo-se às formulações de Kautsky e seus consortes. Aponta claramente que,

A burguesia é obrigada a falsificar a verdade e chamar de “governo do povo”, ou democracia em geral, ou democracia pura, a república democrática (*burguesa*), que representa, na prática, a ditadura da burguesia, a ditadura dos exploradores sobre as massas de trabalhadores (LENIN, 2020a, p. 21).

A democracia em seu conteúdo burguês expressa a ditadura da minoria, proprietária privada dos meios de produção, sobre o conjunto da força de trabalho, explorada, que corresponde a maioria das formações sociais!!! Eis a formulação de Lenin impossível de ser aceita no universo das abstrações generalizadas próprias do conjunto categorial ideossocietário do liberalismo. Eis o conteúdo fundamental daquilo que o autor identificou como a “ditadura democrática do proletariado”. Voltaremos a essa questão adiante. Antes, porém, tomemos dois exemplos que o revolucionário russo utiliza para explicitar o conteúdo burguês do conceito de liberdade.

Quando se refere a “liberdade de associação e a liberdade de imprensa”, mais uma vez a crítica é desferida contra o discurso genérico e, nas palavras do próprio, “mentiroso” de seus adversários¹⁴, que ao compararem processos eleitorais ocorridos na Alemanha e na Áustria à época, identificaram-nos como democráticos, em oposição à nova forma política da Rússia. Lenin argumenta que, “*na prática*”, os grandes proprietários privados controlam a quase totalidade das edificações adequadas às reuniões de organizações políticas, além de controlarem as tipografias e deterem 90% dos estoques de papel¹⁵. Dessa forma, seria impossível haver, de fato, qualquer forma de liberdade de associação ou de imprensa, pois os meios de comunicação e de organização político-partidária estavam nas mãos de “capitalistas, exploradores, proprietários, especuladores”, que alijavam da democracia, “*na prática*”, os “trabalhadores das cidades, os lavradores e os diaristas do campo” (LENIN, 2020a, p. 21 e 22).

Com tais exemplos, Lenin está evidenciando que, quando chamada a responder por demandas reais e concretas do *mundo dos homens*, a democracia burguesa expõe todo seu conteúdo abstrato e genérico, e que quando materializado revela seu conteúdo de classe, pois “*na prática*”, significa “*a liberdade dos ricos para comprar e subornar a imprensa, liberdade dos ricos para confundir o povo por meio das mentiras venenosas dos jornais burgueses, liberdade dos ricos para manter as ‘propriedades’ das casas senhoriais*” (LENIN, 2020a, p. 22).

Compreendendo, portanto, o conteúdo da democracia burguesa como fundamento do ordenamento político que legitima o controle social do Estado, Lenin defende a transformação radical da

democracia em seu conteúdo, assim como do próprio Estado¹⁶. Isso porque não há como compreender a forma de reprodução metabólica de qualquer modo de produção, dissociando o *complexo de complexos* que o constitui. Tal como nos esclarece José Paulo Netto, “desde que Marx fundou a teoria social, moderna e revolucionária [...] tornou-se claro que a compreensão do ordenamento político de uma sociedade historicamente situada só é alcançável quando conectada à sua estrutura econômica” (1990, p. 70 e 71). Da forma como entendemos, a leitura de Netto está fortemente fundamentada, com o enunciado pelo autor, na leitura de Marx, mas também de Lenin, quando esse propõe a compreensão das distintas *formas particulares* de objetivação do capitalismo, como apontado anteriormente.

Leitura essa que se relaciona, diríamos, com a própria proposição lukacsiana sobre o tema, e que aqui gostaríamos de indicar. Quando de sua análise sobre a democracia na Grécia Antiga em seu conteúdo ontológico, Lukács (2008, p. 86 e 87) aponta para questões fundamentais. A primeira delas diz respeito ao conjunto de relações sociais que eram reguladas pelo regime democrático. Identifica a base escravista daquela formação social como forma de reprodução material, salientando – a partir de Marx – que a democracia só era possível entre o círculo reduzido de proprietários (de uma forma de propriedade derivada do período gentílico e, portanto, com características comunais), que “estavam livres” – no sentido mesmo do tempo livre – para pensar, discutir e tratar das questões da *polis*. E assim eram reconhecidos como *cidadãos*, por pertencerem à comunidade política da cidade Estado. A vida privada era situada “num plano secundário”, ou seja, o cidadão só é reconhecido enquanto tal, enquanto membro da polis, da comunidade política.

À medida em que essa base societal, principalmente o escravismo, se dissolve – por uma série de contingências e transformações históricas – a democracia entra em crise, devido ao desaparecimento “da igualdade relativa da propriedade parcelar” (LUKÁCS, 2008, p. 87). E essa transformação ocorre principalmente devido à expansão que a forma societal fundada na democracia propiciou

Portanto, esta forma grega de democracia, precisamente como decorrência do avanço econômico, do crescimento da civilização, perde suas peculiaridades humanas, que se apresentavam como um modelo: o indivíduo que nela atua – precisamente porque ser cidadão da polis, possuir um lote de terra, pertencer a uma tribo são condições socioeconômicas da sua existência, que convergem numa identidade etc. – ainda não é o “único” no sentido moderno (LUKÁCS, 2008, p. 88).

Ou seja, devido à forma de ser (caráter ontológico) daquela formação social, a expansão econômica acaba por gerar uma crise profunda de sociabilidade que, por sua vez, reflete e é refletida na e pela crise da democracia. Lukács chama atenção para a condição do indivíduo, diferenciando sua forma de ser naquele complexo societário quando analisado à luz de seu congêneres (democracia) burguês. Dois elementos nos parecem fundamentais nessa discussão.

Ao se expandir enquanto modo de produção, o escravismo entra em crise, provocando uma crise de sociabilidade¹⁷, redundando no seu próprio fim. A dissolução da democracia, enquanto forma de mediação política das contradições e da regulação daquela ordem social, caracteriza-se como uma das dimensões dessa crise. Outro elemento diz respeito à concepção de indivíduo que esteve presente na

democracia clássica. Uma forma que não considera o indivíduo isolado, apartado da comunidade, pelo contrário, este só é reconhecido enquanto membro da polis¹⁸. Com a dissolução desta, a concepção de cidadão também se transforma.

Quando analisamos a democracia no mundo moderno, mas também contemporâneo, já de saída observamos elementos fundamentalmente distintos daqueles encontrados nas formas clássicas. Tomando como referência as duas características apontadas acima, observamos que a forma de sociabilidade burguesa, o modo de produção capitalista, para que se reproduza deve se expandir constantemente, sendo que suas crises expressam momentos de retração/estagnação de suas relações de produção¹⁹.

Assim como a concepção de indivíduo, que pressupõe uma dimensão privada, concomitante e contraditoriamente a uma sua dimensão pública. O fundamento da liberdade vincula-se diretamente à concepção de um indivíduo que se relaciona socialmente com a finalidade de alcançar – de satisfazer – suas necessidades particulares, sejam estas materiais ou, por assim dizer, subjetivas. A forma moderna de democracia – portanto, dos fundamentos filosóficos da liberdade e da igualdade que essa expressa – pressupõe a separação entre Estado e sociedade civil. O Estado enquanto dimensão pública/política, necessária – ou um “mal necessário”, como defendeu Adam Smith – ao ordenamento da sociedade civil. Ordenamento este, no entanto, que deve se fundamentar naqueles direitos individuais da liberdade, reproduzindo-os através do conjunto jurídico garantido pelo Estado.

Se na forma de democracia clássica o indivíduo – o cidadão – só é reconhecido enquanto tal como membro da comunidade, da cidade-Estado, na democracia moderna o cidadão deve ter os seus direitos individuais garantidos pelo Estado, que, por sua vez, não pode interferir – à exceção em questões excepcionais – no direito sagrado da liberdade individual. Portanto, mesmo que essa “garantia” seja através do ente político Estado, o cidadão é “apartado” do seu núcleo social, uma vez que o caráter individual dos direitos se sobrepõe à comunidade²⁰.

Quando analisado em seu processo de constituição histórica, o conteúdo ideossocietal da democracia burguesa reflete a emergência do indivíduo e de seu individualismo correlato, próprios das transformações economicossociais do processo histórico que a origina. Assim, não é possível abstrair da filosofia liberal o conteúdo das relações econômicas a qual essa se vincula, na medida em que expressa a composição morfológica de uma nova sociabilidade, em suas múltiplas relações, dinamizadas pela troca mercantil (MAZZEO, 2019, p. 293-295). Reconhecer o indivíduo e a individualidade burguesa, em seus “direitos naturais” – como a propriedade privada, por exemplo – é fundamental à reprodução das relações de troca, mediadas pelo valor de troca, que emergem nas transformações do mundo feudal, dando origem ao Renascimento, e que se consolidariam com as Revoluções Burguesas nos séculos XVII/XVIII.

Mesmo que a democracia moderna possa ter algum vínculo com os conteúdos da forma clássica, expressando uma ampliação e *alargamento* de alguns de seus conceitos fundamentais, como os de liberdade e igualdade por exemplo, a simples transposição de uma forma à outra nos parece anacrônica e implica em graves erros, uma vez que descarta ou não leva em consideração – para dizer o mínimo – os amplos elementos de distintas formações sociais. Ainda segundo Lukács (apoiado em Marx),

A forma política clássica da moderna democracia burguesa, ou seja, a da Revolução Francesa, nasceu e entrou em funcionamento acolhendo conscientemente, no plano intelectual, muitíssimo desse modelo (da Grécia Antiga). No plano socioeconômico, porém, encontra-se exatamente no polo oposto. Ao sublinhar este caráter antitético, Marx destaca ao mesmo tempo que a liberdade e a igualdade, as expressões ideológicas centrais da essência da democratização moderna, podem decerto, *precisamente no plano ideológico, assumir formas bastante diferenciadas*; mas, no que se refere à essência socioeconômica, elas não só “são respeitadas no intercâmbio baseado nos valores de troca, mas o intercâmbio de valores de troca é a base produtiva real de toda a igualdade e liberdade (LUKÁCS, 2008, p. 88)²¹.

A formulação nos parece clara: a liberdade individual da democracia moderna, portanto burguesa, constitui-se como elemento fundamental às relações econômicas mediadas pelo mercado. Desde a perspectiva burguesa, é fundamental que os indivíduos sejam “livres” para “livremente” trocarem, comprarem e venderem, no espaço comum dessa relação, qual seja, o mercado, ou a base material que compõem a sociedade civil. O Estado, então, deve “regular” tais dimensões de forma a garantir “as liberdades individuais” nesse processo de intercâmbio mercadológico. Mas é fundamental, para não incorreremos no equívoco mecanicista do economicismo, sublinhar mais uma vez aquilo que destacamos na citação anterior, que *precisamente no plano ideológico*, a democratização moderna em seu conteúdo burguês pode *assumir formas bastante diferenciadas*. Para Marx, uma dessas formas se manifesta no caráter “genérico-abstrato” do direito e da filosofia burguesas (MARX, 2005), reafirmando em vários momentos de seus escritos que as elaborações ideocategoriais dessa tradição teórica se reproduzem como instrumentos operativos de dominação de classe.

Assim, a cisão entre indivíduo e cidadão, reproduzida na forma social burguesa, implicaria na impossibilidade, mesma, da realização da liberdade enquanto plena emancipação humana, uma vez que o “outro” é sempre o limite do “eu”. A comunidade representaria, portanto, o limite da realização do indivíduo. Este é um dos pressupostos fundamentais do conteúdo filosófico Liberal, tomado em sua concretude histórica, reproduzido pela burguesia²². Mas esse é um processo de *cisão* e, ao mesmo tempo, *unidade*, uma vez que o ente político comunitário, o Estado, é fundamental à sua existência.

Assim, entendemos que as formulações acima são essenciais para a compreensão da proposição lenineana da ditadura democrática do proletariado. Lembremo-nos, a crítica que o revolucionário bolchevique desferiu à Kaustky é redigida no momento imediatamente posterior à tomada do Palácio de Inverno. Portanto, Lenin está apresentando *soluções de práxis*, está respondendo às necessidades imediatas das transformações que a revolução proletário-camponesa desencadeia. Sendo assim, era fundamental apresentar e defender “uma gigantesca, universalmente histórica, *ampliação* da democracia, transformando-a de mentira em verdade” (LENIN, 2020a, p. 22), pois o processo histórico revolucionário impunha uma transformação radical das formas de organização econômica, política e social, em uma definição, da destruição do modo produção capitalista e a concomitante construção da transição socialista. A “transformação da mentira em verdade” implicaria em envolver o conjunto do proletariado e do campesinato pobre diretamente na construção de uma nova forma societal, que apontasse à possibilidade

da *emancipação plenamente humana da humanidade*. A democracia revolucionária, a ditadura do proletariado, como proposto por Lenin, seria valorizada na medida em que rompesse com a hipostasia da democracia burguesa, ou seja, na medida em que se fundasse “na conexão íntima que existe entre a possibilidade da *forma da sociedade humana* (como Marx caracterizava o comunismo) e a *estratégia adequada* para construí-la” (NETTO, 1990, p. 83). Aquilo que Netto caracteriza como a “democracia condição social” (1990, p. 84 e 85), poderíamos também denominar como uma forma *política de ordenamento social substantivamente nova*, ontologicamente superior do ponto de vista do desenvolvimento das potencialidades humanas, na medida em que garante à maioria social, *de fato*, a participação e a decisão nos rumos da vida social.

Essa nova forma política, portanto, seria a única possível para se alcançar a plena emancipação humana, posto que se colocava para Lenin como condição necessária à superação da democracia e do Estado burgueses. No entanto, era preciso tomar o poder!

E aqui retrocederemos no tempo histórico para observarmos como nosso autor tratou do tema da democracia quando das contingências desencadeadas pelo processo revolucionário de 1905, na Rússia.

Como sabemos, durante a segunda metade do século XIX a Rússia passaria por um importante processo de transformações sociais, impulsionadas pelo desenvolvimento de uma via particular de capitalismo, caracterizada por Lenin como “via prussiana”, como apontado acima. As reformas de 1861, cujo símbolo máximo foi a abolição do trabalho servil, indicavam um processo de modernização capitalista, ou, para ser mais preciso, uma forma particular de revolução burguesa em que um singular tipo de dominação político-ideológica continuaria a ser reproduzido e, diante das novas contradições sociais, aprofundado: a autocracia reproduzida pela dominação imperial do czar. Lenin procurou compreender as características fundamentais desse processo, indicando como as relações sociais de produção iam se modernizando, num processo de *aburguesamento* das classes economicamente dominantes, que se articulam a partir de conluios e conspirações políticas, que excluem qualquer perspectiva de ruptura com a antiga nobreza e o clero russos, símbolos máximos da autocracia czarista. Nesse processo, de *articulação pelo alto*, o proletariado e os camponeses pobres são totalmente excluídos de qualquer perspectiva de emancipação política, ou seja, as transformações sociais, no sentido mesmo da construção de um código de leis que garantisse às classes trabalhadoras qualquer tipo de direitos, não são contempladas nessa forma de revolução burguesa.

O resultado desse processo, em linhas gerais, foi o alargamento e aprofundamento das condições de miserabilidade do proletariado urbano e da grande massa de camponeses pauperizados que ocupava a imensidão das áreas rurais do império. Todo esse quadro se agravou profundamente com a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), provocando uma série de levantes e manifestações, entre civis e militares, que dariam lugar aos acontecimentos de 1905. A sublevação do Couraçado Potemkin, mas principalmente o Domingo Sangrento, em 9 de janeiro de 1905, desencadeia o processo revolucionário que deu origem a um primeiro impulso transformador, democratizante, no país.

Fundamental nesse momento, foi a criação de uma nova organização política de disputa pela hegemonia na sociedade civil russa, verdadeiro instrumento de “energia criativa da democracia

substantiva”, os Conselhos. O principal deles foi organizado na cidade de São Petersburgo e, apesar da sua curta duração (13 de outubro a 3 de dezembro de 1906), “apontava para uma forma totalmente alternativa de organização do poder, pautada na democracia operária, com participação direta dos trabalhadores” (DEO, 2020, p. 84).

Pois bem, é nesse contexto histórico revolucionário, onde a dinastia Romanov começava a sofrer seus mais significativos abalos – em 300 anos à frente do poder –, que Lenin defende com todas as letras a participação do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR) no governo provisório que se estabelece. Em escritos como **A social-democracia e o governo provisório revolucionário** e **A democracia operária e a democracia burguesa**, ambos de 1905, o líder bolchevique dispara sua crítica contra todos aqueles que se opunham a palavra de ordem “abaixo a autocracia”²³. As posições do líder revolucionário apontam, necessariamente, à constituição de um governo em que a social democracia possa participar, disputando constantemente o conteúdo do governo provisório revolucionário, no sentido de imprimir uma direção ao novo governo que aponte ao aprofundamento da revolução em seu conteúdo socialista. Afirma:

E se não é em vão que avançamos na exigência prática da derrubada imediata do governo autocrático, então devemos ter claro para nós membro *precisamente por qual outro governo* queremos substituir o governo derrubado (LENIN, 2020c, p. 170).

Ou seja, Lenin defende a palavra de ordem “abaixo a autocracia” como forma de *acúmulo de consciência e força política*, como solução de práxis que contribua à construção da ditadura do proletariado. Em nenhum momento, portanto, confunde o caráter do governo provisório, seja em seu conteúdo social, ou mesmo, na forma institucional, cujo componente burguês é hegemônico. Articulado de forma precisa a tática *imediate* da luta cotidiana com a estratégia *mediada* da revolução socialista, aponta os limites da leitura rabeirista/reboquista de Martínov que, como um verdadeiro “cavaleiro da literatura” (LENIN, 2020c, p. 182) – que cita frases soltas de uma obra integral e deturpa o seu sentido – se apoia em Engels para justificar suas posições recuadas, ao confundir como idênticas a revolução democrática e a ditadura do proletariado.

Nosso autor é claro ao apontar, naquele contexto histórico, que o “estabelecimento da república democrática” seria a “última forma do domínio burguês”, como etapa necessária ao processo de construção política da “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” (LENIN, 2020c, p. 174). Não podemos incorrer no erro de deduzir dessas formulações o pressuposto teórico-político de uma “teoria da revolução por etapas”. Da forma como entendemos, as proposições de Lenin apontam exatamente ao contrário. Ou seja, não há uma *fórmula acabada* ou um *modelo estático* de revolução e tomada do poder, e o esforço de toda organização revolucionária deve ser direcionado no sentido de compreender o movimento do real, as contradições produzidas pelas lutas de classes, de forma a propor soluções de práxis que contribuam na construção da estratégia revolucionária. E nesse sentido afirma que “Confundir a participação do proletariado num poder que resiste ao levante socialista com a participação do

proletariado numa revolução democrática significa não compreender irremediavelmente aquilo de que se trata” (LENIN, 2020c, p. 175).

Há que se indicar, portanto, aquilo que Lenin define como as “tarefas imediatas” da luta revolucionária, qual o conteúdo do “programa revolucionário” do partido, suas proposições “mínimas” e “máximas”. E preciso compreender e diferenciar as “transformações realizáveis” na sociedade burguesa e na revolução socialista, identificando que suas distinções não possuem “apenas um significado livresco”,

[...] mas um significado vital e prático; ele (Martínov) não reparou que num período revolucionário o programa sofre uma imediata comprovação e aplicação na prática (LENIN, 2020c, p. 179).

Perseguindo esse *modus* constante da “comprovação e aplicação prática” das propostas da social-democracia, o líder bolchevique afirma explicitamente a necessidade de uma revolução burguesa de caráter político radical, onde a “plena realização da democracia” seria do interesse imediato da burguesia, mas também do proletariado e da massa de milhões de pobres da cidade e do campo. Esse é o núcleo do “programa mínimo” defendido pelo POSDR: abaixo a autocracia, proclamação da república, garantia de direitos aos trabalhadores e ampla liberdade política ao conjunto das classes sociais. Mas nunca se deixou enganar, quanto às classes sociais que qualificariam esse processo, imprimindo ao mesmo um conteúdo radical: o proletariado e os camponeses pobres. Eis o núcleo de atuação política que Lenin defendia para seu partido naquele contexto histórico.

As formulações acima apontadas derivam, como afirmado, da crítica às leituras rabeiristas/reboquistas, mas também apontam para o fraseologismo “ávido de palavras de ordem em voga”, que propunham posicionamentos políticos sectários que não se confirmavam àquela realidade. Aqui, Lenin se refere aos posicionamentos de Párvus em defesa de uma posição da social-democracia “mais revolucionária que todos” os outros agrupamentos políticos que faziam parte daquele processo. Criticando a influência de Trotsky – a quem Lenin chama de “tagarela” (2020c, p. 184) – sobre Párvus, nosso autor indica que o erro em tais formulações consistia em não compreender que no bojo dos acontecimentos revolucionários seria comum o aparecimento de várias organizações, e que, portanto, as propostas do POSDR deveriam refletir os anseios e necessidades da base da classe (ou classes) que representava, e não se pautar por uma espécie de disputa discursiva (a fraseologia) que os distanciava do movimento real das fenômenos e das disputas sociais²⁴.

Lenin enfatiza a necessidade de compreensão do conteúdo de classe do governo provisório. Qual sua composição social e política? Quais as palavras de ordem, mas, principalmente, como se articulam e se materializam no plano real-concreto da ação política (LENIN, 2020d, p. 196). Isso implica, no preciso contexto histórico de 1905, “apoiar a burguesia desde que na prática ela combata o czarismo”, com o intuito de “dar o golpe mais certo no inimigo”. O que não implica, em momento algum, confundir-se com as posições das organizações aliadas, sejam elas de caráter burguês ou proletário, pois é fundamental “não confundir a organização; caminhar separadamente, golpear em conjunto; não ocultar a diversidade de interesses; vigiar o aliado como vigiamos o inimigo” (LENIN, 2020c, p. 182). Como nos

demonstra Mazzeo isso não significa creditar à leitura de Lenin um caráter “taticista”, haja vista toda a crítica que o autor sempre reproduziu contra todas as formas de “oportunismo” dogmático do marxismo vulgar, e que os debates da II Internacional viriam, mais uma vez, reforçar (MAZZEO, 2011, p. 104). O limite, o momento máximo dessa aliança seria determinado pelo próprio processo revolucionário o que, naquele contexto, foi evidenciado a partir de 1907.

Ao modo de possíveis conclusões

Ao abordarmos a leitura e a ação política propostas por Lenin acerca do debate da democracia optamos, propositadamente, por não obedecer a ordem cronológica dos acontecimentos em que tais soluções de práxis são oferecidas pelo nosso autor. O fizemos com o intuito de provocar o incômodo da análise que busca superar os construtos abstratos, os padrões formais e herméticos – próprios de teorias sociais de cariz *empiricista* e/ou *compreensiva*, mas também do *materialismo vulgar* – que orientaram e ainda orientam, em grande medida, aquelas organizações e posicionamentos que se identificam genericamente como *de esquerda*. É muito comum, sobretudo nos círculos políticos e intelectuais que ainda se propõem a discussões de tal envergadura, a utilização de frases, até mesmo de longos trechos e citações, que procuram fundamentar e justificar o posicionamento de seus locutores, muitos, inclusive, “cavalgando sobre os textos clássicos”. À princípio isso nos parece muito positivo, na medida em que pode denotar um esforço constante de formação teórica, tal como o próprio Lenin indicava quando afirmava “estar sob os ombros de gigantes”. Contudo, há sempre o risco das simplificações, do esquematismo simplista, do didatismo empobrecido de conteúdos e análise, principalmente diante da ânsia por transformações contundentes na contemporaneidade, posturas essas que expressam uma mescla de imediatismo praticista com um vulgar academicismo diletante.

Ao assim procedermos na abordagem temática da democracia, tal como Lenin a discutiu, também procuramos evitar qualquer equívoco de leitura *evolucionista* do pensamento lenineano, como se o autor tivesse transitado de uma leitura democrático-burguesa – nos acontecimentos de 1905 –, cuja concepção seria o fundamento de sua proposta de participação da social-democracia no governo provisório, e *evoluído* para uma leitura democrático-revolucionária depois da tomada do poder pelos bolcheviques, em 1917. Da forma como entendemos, não há nada mais equivocado do que atribuir tal característica ao procedimento analítico de nosso autor. Como bem nos lembra José Paulo Netto, há uma característica presente na leitura marxista desenvolvida por Lenin, cujo contorno ídeo-teórico já pode ser identificado no texto *A que herança renunciamos?* – publicado em 1898 – “que diz respeito ao caráter aberto e necessariamente aperfeiçoável/desenvolvível do legado de Marx e Engels” (NETTO, 2015, p. 142). Ao se reivindicar um “marxista ortodoxo”, Lenin deixa claro que não se trata de uma análise dogmática, como uma doutrina acabada, pronta e imutável, mas sim de uma formulação metodológica dinâmica – ontometodológica, diríamos –, cuja “essência mesma, a alma viva do marxismo” se funda na “análise

concreta de uma situação concreta”. Esse nos parece o arrimo ideocategorial fundamental à compreensão da obra lenineana em seu conjunto, e que aqui tentamos reproduzir ao analisar a questão da democracia²⁵.

Como procuramos apontar, a preocupação em compreender as formas particularidades de desenvolvimento histórico do capitalismo esteve presente na análise produzida por Lenin desde seus primeiros escritos. As singularidades próprias de cada país deveriam/devem ser tomadas como condicionantes históricos, também, da luta pelo socialismo, “segundo as próprias peculiaridades econômicas, históricas e culturais” (FRESU, 2015, p. 326). E aqui gostaríamos de propor alguns elementos para a reflexão – mesmo que como indicativos – da atual condição da democracia burguesa no Brasil.

Orientados mais uma vez pela máxima lenineana, quando esse afirma que “Cada passo do desenvolvimento de um país capitalista, oferece uma combinação particular, original, dos diferentes matizes da democracia burguesa e das distintas tendências do movimento socialista” (LENIN, 2020d, p. 193), propomos – sempre de forma indicativa – os seguintes questionamentos: como compreender a atual conformação da democracia burguesa no Brasil? Quais as frações de classe burguesa que compõem o bloco histórico de poder político no país? Quais os elementos constitutivos de seu componente ideológico? E, por fim, e que para nós é o mais importante, quais os caminhos que o movimento socialista/comunista poderá traçar para a construção da *sociedade do futuro*?

Claro está que não temos a resposta, pronta e acabada, para tais questionamentos. Não temos essa pretensão, seja pelos limites de nossa análise, ou mesmo pelo fato de que as respostas para tais questionamentos, sobretudo o último, devem ser construídas e oferecidas coletivamente. No entanto, gostaríamos de apontar alguns elementos.

Desde meados da década de 1970, o modo de produção capitalista vem explicitando de forma cada vez mais aprofundada sua essência destrutiva. Vivemos um longo período de crise dessa forma sociometabólica de reprodução da vida, com ritmos, fenômenos e consequências distintas para o conjunto da população do planeta. Chama-nos a atenção, entretanto, o fato de que, diante do avanço e do aprofundamento dessa crise, as respostas e alternativas oferecidas pela burguesia em nível mundial só fizeram produzir e aprofundar ainda mais essa que pode ser caracterizada como uma crise civilizatória. Ou seja, uma crise que coloca em cheque uma forma de sociabilidade em todo seu *complexo de complexos*, mas, também, ameaça a própria existência da vida humana, seja pela constante ameaça da destruição nuclear, seja pelo esgotamento total das reservas naturais do planeta, ou ainda, pela emergência de pandemias que fogem quase que totalmente ao controle humano. Uma crise que pode ser definida em uma palavra: *barbárie!*

Desde uma perspectiva imediatamente política e ideológica, observamos nos últimos anos uma verdadeira *ascensão ao passado*. Nas assim chamadas “democracias ocidentais” a escalada do conservadorismo e do reacionarismo refletem a postura fundamentalmente autocrática de suas burguesias, que apoiam e instrumentalizam esse fenômeno, como forma de garantir a ditadura do capital financeiro e mundializado – sobre o conjunto da humanidade. Sob o fino véu do “Estado democrático de direito”, fundado em seu conteúdo político e filosófico liberal, genérico e abstrato, revitaliza-se e se institucionaliza

a “ditadura da minoria”, na forma de *autocracia burguesa*, escancarando cada vez mais seu conteúdo de classe. A construção da “ditadura da maioria”, a ditadura democrática do proletariado nos parece, nesse contexto, não só atual, mas humanamente necessária.

Pensar no “programa mínimo” hoje, e aqui me refiro especificamente ao Brasil, envolve como tarefa imediata *barrar* e *derrotar* o avanço do conservadorismo/reacionarismo instrumentalizado pela burguesia e seu projeto de aprofundamento da ortodoxia liberal, que se consubstancia no Governo Bolsonaro. O bloco histórico que se formou em torno do referido governo – mesmo que com fissuras – retoma, aprofunda e revitaliza a condição de associação subordinada do país em relação aos núcleos centrais de reprodução do imperialismo. Com o agravante – se é que podemos assim qualificar – de impor um modelo econômico que reconduz o país à condição de “fazenda do mundo”, exportadora de alimentos. Para tanto, tal projeto avança destrutivamente sobre todos os direitos conquistados pelo proletariado brasileiro, em todas as suas frações, ao longo de nossa história. Daí a urgente necessidade da luta política para *barrar* essa destruição. Luta política que deve estar conectada, primordialmente, à perspectiva de *derrotar* esse avanço que indicamos acima. Da forma como entendemos, a “tarefa imediata” dos revolucionários, hoje, é derrotar Bolsonaro e seu governo. Esse deve ser o conteúdo mínimo para qualquer proposta de aliança. Dado o conteúdo histórico da burguesia brasileira, dificilmente encontraremos frações dessa classe que se aliem a essa “tarefa mínima” imediata.

Como já afirmado, a construção dessa proposta e, principalmente, sua realização, só poderá triunfar se reproduzidas coletivamente, com a ação organizada em todos os cantos do país daqueles que são os verdadeiros protagonistas de qualquer revolução social, trabalhadoras e trabalhadores em luta!

Referências:

DEO, A. Lukács, Lenin e o caminho para Marx: apontamentos. *In*: DEO, A.; MAZZEO, A. C.; DEL ROIO, M. (Orgs.). **Lenin: teoria e prática revolucionária**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

DEO, A. Conselhos e democracia socialista. *In*: DEO, A. BATISTA, F. M. **100 anos de Revolução Russa: a transição como atualidade histórica**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

ENGELS, F. Prefácio à edição alemã de 1872. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FRESU, G. Lenin: Dogmático e Doutrinário ou “Protagonista de uma Hegemonia Realizada”? *In*: DEO, A.; MAZZEO, A. C.; DEL ROIO, M. (Orgs.). **Lenin: teoria e prática revolucionária**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

LENIN, V. I. “El Programa Agrário de la Socialdemocracia en la Primeira Revolucion Rusa de 1905-1907”, *In*: **Obras Completas**. Tomo XVI. Moscou: Editora Progreso, 1983.

LENIN, V. I. “Las tres fuentes y las tres partes integrantes del marxismo”, *In*: **Obras Completas**. Tomo XXIII. Moscou: Editora Progreso, 1984a.

LENIN, V. I. “La Revolucion Socialista y el Derecho de las Naciones a la Autodeterminacion”, *in*: **Obras Completas**. Tomo XXV. Moscou: Editora Progreso, Moscou, 1984b.

- LENIN, V. I. Materialismo y empiriocriticismo. Notas críticas sobre una filosofía reaccionaria. Moscú: Editorial Progreso, 1983, p. 51. Publica-se a partir do tomo 18 da 5ª edição de LENIN, V. I. **Obras Completas**. Moscú: Editorial Progreso, 1983.
- LENIN, V. I. **Esquerdismo: doença infantil do comunismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- LENIN, V. I. “Sobre ‘democracia’ e ditadura”. *In: Democracia e luta de classes: textos escolhidos*. São Paulo: Boitempo, 2019a.
- LENIN, V. I. “A revolução proletária e o renegado Kautsky”. *In: Democracia e luta de classes: textos escolhidos*. São Paulo: Boitempo, 2019b.
- LENIN, V. I. “A social-democracia e o governo provisório revolucionário”. *In: Democracia e luta de classes: textos escolhidos*. São Paulo: Boitempo, 2019c.
- LENIN, V. I. “A democracia operária e a democracia burguesa”. *In: Democracia e luta de classes: textos escolhidos*. São Paulo: Boitempo, 2019d.
- LENIN, V. I. “Em memória da comuna”. *In: Democracia e luta de classes: textos escolhidos*. São Paulo: Boitempo, 2019e.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, G. **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- MARX, K. Para a crítica da economia política. *In: Os pensadores*. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974
- MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. O método da economia política. *In: Crítica Marxista*. Nº 30 – 2010. São Paulo: São Paulo, Fundação Editora UNESP, 2010
- MARX, K. **A sagrada família, ou, A crítica da Crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **O 18 de Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007b.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MAZZEO, A. C. **O vôo de minerva: a construção da política, do igualitarismo e da democracia no Ocidente antigo**. São Paulo: Boitempo; Oficina Universitária UNESP, 2009.
- MAZZEO, A. C. Notas sobre Lenin e a Comuna de Paris. **Novos Temas**. Nº 4. Salvador: Quartto; São Paulo: ICP. Ano III, 2011, p. 103-116.
- MAZZEO, A. C. Possibilidades Lenineanas para uma Paidéia Comunista. *In: DEO, A.; MAZZEO, A. C.; DEL ROIO, M. (Orgs.). Lenin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- MAZZEO, A. C. **Os portões do Éden: igualitarismo, política e Estado nas origens do pensamento moderno**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- NETTO, J. P. **Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- NETTO, J. P. (Org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- NETTO, J. P. Lenin: da Política cultural e dos Artigos Sobre L. Tolstoi. *In: DEO, A.; MAZZEO, A. C.; DEL ROIO, M. (Orgs.). Lenin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

Notas

¹ Doutor em Ciências Sociais – UNESP/Marília. Pós-Doutorado em Teoria Política Contemporânea – Università degli Studi di Urbino “Carlo Bo” - Itália. Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UNESP/Marília. Líder do Grupo de Pesquisa *Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana: trabalho, sociabilidade e emancipação humana* (NEOM/CNPq): <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/175741>. Pesquisador do Grupo de Pesquisa *Cultura e Política do Mundo do Trabalho* (CNPq), do Instituto Caio Prado Jr (ICP) e do Instituto Astrojildo Pereira (IAP). Currículo Vitae Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3488579869641105>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6081-3159>. E-mail: deoanderson@hotmail.com

² Fazemos questão de diferenciar e apontar a complementariedade existente entre “contradição” e “antagonismo”. Se contradição, tal como identificam Marx e Engels, são os fundamentos distintos que movimentam as lutas de classes, as diferentes posições políticas e econômicas, por exemplo, entre classes sociais distintas, o caráter antagonístico desse “movimento de contrários” impõe que a “realização” de uma determinada proposição implica, necessariamente, a “negação” de outra. É o “choque” de interesses contrários e antagonísticos, portanto, que promovem o “movimentar-se” dos fenômenos sociais, o movimento propriamente da história, em toda sua complexa processualidade.

³ Engels acentua, ainda, que “Essa compreensão eminente da história viva em curso, essa clarividência em relação aos fatos no momento em que ocorrem, é de fato ímpar” (2011, p. 21).

⁴ Foge aos propósitos do presente artigo a discussão aprofundada das características, aproximações, diferenças e debates, entre os que formaram isso que aqui estamos identificando – talvez sem muita precisão – como uma “primeira geração” de comunistas marxistas. Para os nossos propósitos, basta indicar que nomes como Rosa Luxemburg e Antonio Gramsci se preocuparam em compreender a essência do capitalismo, bem como a forma histórica com que esse modo de produção universal/universalizante reproduzia particularidades, em diferentes singularidades nacionais nas quais esses revolucionários estavam inseridos e atuando de forma militante. Esforços analíticos como os encontrados em *A acumulação do capital* de Rosa Luxemburg, publicado em 1913, ou os escritos dos *Cadernos do Cárcere*, redigidos no período em que Antonio Gramsci esteve na prisão fascista, entre 1926 e 1937, ilustram o que afirmamos anteriormente.

⁵ A interlocução crítica se destinou, sobretudo, à V. Tchernov (socialista revolucionário), V. Bazárov (economista, socialdemocrata bolchevique entre 1905 e 1907), A Bogdánov (economista, socialdemocrata bolchevique entre 1903 e 1909) e N. Tchernichevski (escritor revolucionário, um dos fundadores do movimento populista russo – Narodniks – escreveu o romance *Que fazer?*, de 1862, exerceu grande influência sobre Lenin).

⁶ “Por isso, a *práxis* utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a *compreensão* das coisas e da realidade.” (KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995, p. 14-15). Para discussão da apreensão do real enquanto totalidade ver, fundamentalmente, o primeiro capítulo, intitulado *Dialética da totalidade concreta*.

⁷ “A realidade é a unidade do fenômeno e da essência. Por isso a essência pode ser tão irreal quanto o fenômeno, e o fenômeno tanto quanto a essência, *no caso em que se apresentem isolados e, em tal isolamento, sejam considerados como a única ou ‘autêntica’ realidade.*” (KOSIK, 1995, p. 16).

⁸ Os parênteses são nossos.

⁹ Os negritos são nossos.

¹⁰ Na *Introdução à crítica da economia política*, Marx nos apresenta uma sistematização “mais bem acabada” sobre o tema, ao formular que as “determinações abstratas” devem conduzir à “reprodução do concreto” por meio do pensamento, sendo que as categorias devem refletir o “concreto pensado”, enquanto “síntese de múltiplas determinações.” (MARX, 1974). Importante tradução do terceiro dos quatro tópicos deste texto, intitulado “O método da economia política”, sob responsabilidade de Fausto Castilho, pode ser encontrado em: MARX, K. O método da economia política. In: *Crítica Marxista*. Nº 30 – 2010. São Paulo: São Paulo, Fundação Editora UNESP, 2010. Ainda sobre a teoria do reflexo de Lenin e seus vínculos com a obra de Engels, ver: LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

¹¹ Conceção essa que incidiria diretamente nas formulações de Gramsci sobre o partido político revolucionário como o “moderno príncipe”.

¹² Mazzeo acrescenta ainda que as soluções de *práxis* se apresentam em Lenin como “respostas civilizatórias”.

¹³ Aqui se encontra o núcleo do conceito de “desenvolvimento desigual e combinado”, que seria assim denominado posteriormente por Trotsky.

¹⁴ Mais uma vez se refere a Kautsky, mas também a Austerlitz, Scheidemann e Renner (LENIN, 2020a, p. 21).

¹⁵ Quando pensamos na realidade política brasileira da atualidade, parece-nos que tais características são ainda mais evidentes. Pensemos no monopólio existente no controle dos meios de comunicação de massa e na lei que criou uma forma de monopólio da representação política no Brasil, a popularmente chamada “Cláusula de Barreiras”, que, “*na prática*”, impossibilita a organização e participação em nível institucional de pequenos partidos políticos.

¹⁶ Formulação essa que seria aprofundada em *O Estado e a revolução*, escrito às vésperas da tomada do poder pelos bolcheviques, entre setembro e agosto de 1917.

¹⁷ Talvez o exemplo de Sócrates seja o mais emblemático desse processo.

¹⁸ Como sabemos, o complexo societal que aqui estamos genericamente tratando pela denominação de democracia clássica se manifestava em múltiplas e também complexas relações. Para um maior aprofundamento ver, entre outros, MAZZEO (2005).

¹⁹ Relações de produção não podem ser tomadas única e exclusivamente como “relações econômicas”. Dizem respeito ao conjunto das relações socialmente necessárias à produção e reprodução de uma determinada formação social, nos diversos complexos que a compõem. Portanto, dizem respeito, concomitantemente, aos complexos políticos, econômicos, ideológicos, culturais, em sua constante inter-relação.

²⁰ O que se desdobra em individualismo, no plano subjetivo da ideologia.

²¹ Parênteses e itálicos nossos.

²² Marx aprofunda essa discussão indicando a oposição-unidade entre *citoyen* e *homme (bourgeois)*, em textos como *Sobre a questão judaica* (2010) e *A sagrada família* (2011).

²³ A crítica aqui se dirigia diretamente aos mencheviques, sobretudo aqueles que compunham a redação do “Novo-Iskra”, adversários históricos da tese da “ditadura do proletariado” e que reproduziam uma leitura economicista, de caráter “bersteiniano”. Entre eles figuram lideranças como Martínov e Martov. Mas também envolvia os “rabotchedelistas” (rabeiristas/reboquistas) da organização de caráter liberal denominada “União Libertadora”, cujos escritos e análises de Piotr Struve orientavam o debate. Lenin os identificava como “girondinos da social-democracia” e como “amas-secas revolucionárias” que “de bom grado assustam os bebês da política”, ao reproduzirem um gigantesco descompasso do partido em relação ao movimento real da história, pois “rebaixam suas tarefas”, “arrastam para trás o movimento” e “obscurecem suas palavras de ordem” (LENIN, 2020c, p. 169-171)

²⁴ Observamos aqui, que Lenin antecipa aqui algumas de suas formulações de 1920, em *Esquerdismo: doença infantil do comunismo* (LENIN, 2014).

²⁵ Temos plena clareza, e esse é um alerta ao nosso leitor, que a discussão de Lenin sobre o tema aqui proposto não se esgota nos textos aqui abordados, nem mesmo temos a pretensão de colocar “pontos finais” no debate.

Recebido em:15.08.2020

Aprovado em: 25.08.2020